

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Comissão de Direitos Humanos e Minorias**

**REQUERIMENTO Nº     de 2011.**  
**( Do Sr. Arnaldo Jordy)**

Requeremos a constituição de uma representação da Comissão de Direitos Humanos e Minorias para se reunir com representantes de entidades e da sociedade civil, a fim de tomar conhecimento sobre a situação das populações residentes nas áreas onde será instalada a Hidrelétrica de Belo Monte no Pará.

Requeiro, com base no art. 32, VI e VIII “a” do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, ouvido o Plenário da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, que seja constituída uma representação da referida Comissão para que possam ser efetuados contatos com representantes da OAB, Comissão de Justiça e Paz da CNBB, Instituto do Meio Ambiente da Amazônia – Imazon, Eletronorte, Ministério Público Federal e Governo do Estado do Pará, a fim de tomar conhecimento da situação das populações residentes nas áreas onde será instalada a Hidrelétrica de Belo Monte no Pará.

**Justificativa**

A Usina de Belo Monte será a terceira maior do mundo em capacidade de geração de energia, 11.233 MW ( megawatts).

A polêmica em torno da construção da usina de Belo Monte na Bacia do Rio Xingu, em sua parte paraense, já dura mais de 20 anos. A Hidrelétrica é considerada a maior obra do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), apesar disso, continua sendo alvo de intensos debates na região. Desde 2009, quando foi apresentado o novo Estudo de Impacto Ambiental. Os debates se intensificaram a partir de fevereiro de 2010, quando o Ministério do Meio Ambiente concedeu a licença ambiental prévia para sua construção e, recentemente, com a concessão da licença de instalação parcial pelo Ibama.

A Plataforma Brasileira de Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais – DHESCA, denunciou em 2010 problemas relativas a referida Hidrelétrica.

Neste contexto, foi apresentado o relatório da Missão Xingu, que apresenta inúmeras violações de direitos humanos no licenciamento da usina. Registre-se que os

movimentos sociais e as lideranças indígenas da região são contrários à obra porque consideram que os impactos socioambientais não estão suficientemente dimensionados.

Além de desalojar a população ribeirinha, a usina poderá, ainda, acelerar o aquecimento global, pois vai provocar a inundação da vegetação nativa e gerar gás metano, que é 20 vezes mais danoso do que o gás carbônico. Membros do Movimento dos Atingidos por Barragens fizeram manifestações contra a construção da Usina.

A Usina foi planejada para ser instalada em uma das áreas de maior diversidade cultural e biológica do País, Belo Monte promoverá a redução de até 80% da vazão de um trecho de mais de 100km do rio, denominado Volta Grande do Eio Xingu. Além disso atrairá uma população estimada em 100 mil pessoas e causará o deslocamento compulsório de cerca de 40 mil.

Nessa área vivem os Arara, Juruna, Xikrin e milhares de famílias ribeirinhas, indígenas e não-indígenas. Ainda no médio Xingu e seus afluentes, residem os Parakanã, Asurini, Kararaô, Araweté, Arara, Xipaia, Kuruaia e centenas de famílias que habitam as Unidades de Conservação que conformam o corredor ecológico do Xingu. Mais próximo das cabeceiras do rio, estão os Kayapó do Sul do Pará, Metuktire, os diversos povos do Parque Indígena do Xingu e grupos indígenas voluntariamente isolados, que podem vir a ser seriamente atingidas.

Tendo em vista a relevância do tema , os problemas envolvidos, as reivindicações das populações ribeirinha, indígenas do Pará, contamos com o apoio dos membros deste colegiado parlamentar.

Sala das Comissões,

de março de 2011.

Deputado Arnaldo Jordy  
PPS/PA